

Nota à imprensa

A Casa dos Ventos Energias Renováveis, atendendo ao pedido do portal Marco Zero, comunica que atua no mercado de geração de energia há mais de 15 anos e, ao longo de sua trajetória, sempre operou de forma ambiental e socialmente responsável e alinhada aos princípios de ESG (Environmental, Social and Governance).

O projeto do Complexo Eólico Pedra Lavrada foi objeto de um profundo Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), que se estendeu por três anos e contou com avaliação da geodiversidade, mapeamento, inventário e caracterização do patrimônio turístico, patrimônio histórico e cultural, trabalhos específicos junto a comunidades tradicionais, campanhas de campo adicionais para fauna, flora e aspectos socioeconômicos, entre outras ações, indo além das exigências do órgão regulador. O projeto não ocasionará danos ao patrimônio geológico – pelo contrário, as ações previstas envolvem a corresponsabilidade da empresa, junto aos órgãos públicos, na identificação, proteção e o monitoramento desse patrimônio na área dos parques.

A Casa dos Ventos cumpriu os requisitos da legislação ambiental em vigor no Brasil, realizou audiência pública na modalidade presencial, em 18 de janeiro de 2023, às 14h30, no município de Carnaúba dos Dantas (RN), e adota, por sua política interna de compliance, um conjunto de boas práticas, entre elas a escuta ativa junto aos públicos envolvidos com seus empreendimentos, para que o desenvolvimento de seus projetos potencialize a economia e a cultura local, gerando retornos positivos à população e protegendo o meio ambiente. O EIA propõe 31 programas ambientais para garantir a viabilidade ambiental do projeto, somando-se aqueles apresentados para a mitigação e compensação de impactos negativos, bem como potencialização de impactos positivos, abrangendo os meios físico, biótico e socioeconômico, salientando-se ainda, como comentado na audiência pública, que outras ações de investimento social privado no território serão desenvolvidas pelo empreendedor à época da futura implantação do empreendimento.

A audiência foi, prévia e amplamente, divulgada nos meios de comunicação regionais, bem como em carro de som, redes sociais e locais públicos abrangidos pelo empreendimento. O evento teve a duração de mais de quatro horas, período que serviu para acolher e responder a todos os questionamentos relativos ao empreendimento, e contou com a participação de mais de 320 pessoas, dentre elas representantes do Geoparque Seridó, do Movimento Cáritas Brasileira, Hanse Ecoturismo, do Seridó Vivo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), bem como de lideranças das comunidades: Remanescente de Quilombo Serra do Abreu, Timbaúba, Comunidade Timbaúba do Meio, Mina Barra Verde, Mina Brejuí, Malhada Limpa, Sítio Marcação, Bulhões, Gargalheiras, Olho D'água dos Cágados, Ermo, Corrujinha, Joazeiro, Santo Antônio da Cobra e Barra. Tanto o EIA/RIMA quanto a gravação dessa audiência são documentos públicos entregues às autoridades competentes e podem ser consultados junto ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema-RN).

A preservação do patrimônio material e imaterial da região foi considerada como premissa de suma importância ao longo da realização das etapas de estudo que culminaram na definição do layout proposto para licenciamento conforme apresentado no EIA/RIMA. A complexidade cultural da região é reconhecida pela equipe técnica envolvida e os cultos,

festividades e peregrinações possuem importância destacada. Por essa razão, uma das etapas de estudo consistiu em um levantamento do patrimônio turístico e cultural da região reconhecendo inúmeros eventos de natureza imaterial. O sítio arqueológico Pedra do Alexandre não será afetado pelo empreendimento e todas as manifestações culturais ali realizadas serão não só devidamente preservadas, como também valorizadas e fomentadas por meio do Programa de Registro e Valorização do Patrimônio Cultural proposto no EIA.

Programas de apoio às comunidades tradicionais também estão previstos no EIA, entre eles iniciativas direcionadas à comunidade quilombola, construídas de forma coletiva e com a participação ativa dos públicos envolvidos. Alguns exemplos são as ações para o aprimoramento e potencialização da produção comercial de doces da comunidade (o estudo evidencia que a produção de doces é realizada em fábrica na comunidade, a partir do ano de 2020, oriunda de convênio entre a comunidade quilombola com o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú – PROCASE) e ações para o aprimoramento e potencialização do ofício de produção de louças e cerâmicas (o Diagnóstico Socioeconômico do EIA aponta que a Comunidade Quilombola Serra do Abreu apresenta o ofício tradicional de produção de louças e cerâmicas, confeccionadas pelas “Louceiras do Abreu”). Há outras ações previstas, mas o programa desdobramentos que ainda estão em definição, visto que serão construídos de maneira participativa.

Os estudos realizados para o licenciamento ambiental do Complexo Eólico Pedra Lavrada cumprem todos os requisitos dos Termos de Referência - TR para esta tipologia de empreendimento, seja com o Licenciamento Ambiental na esfera Estadual com o IDEMA, ou o Licenciamento Arqueológico, Artístico, Histórico e Cultural na esfera Federal com o IPHAN. A Casa dos Ventos não incorreu em nenhuma irregularidade. A companhia pauta sua atuação pela transparência e o respeito à legislação, às pessoas e ao meio ambiente. Vale lembrar que este é um processo contínuo e nas próximas etapas estão previstas novas análises, com detalhamento e aprofundamento de diversas investigações.

A Casa dos Ventos orgulha-se de seu papel como vetor de desenvolvimento territorial e tem contribuído para a geração de emprego e de renda para milhares de pessoas; suas atividades também geram arrecadação de impostos para diversos municípios, que se desdobram em melhorias à população promovidas pelos gestores públicos. O estudo “Impactos Socioeconômicos da produção de energia eólica nos municípios do Rio Grande do Norte”, desenvolvido pelo MAIS RN – Núcleo de Gestão Estratégica da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN), evidencia que o Produto Interno Bruto (PIB) local cresceu a uma taxa média de 70% nas cidades potiguaras que contam com parques eólicos, acima da média do estado — estimada em 54%. A partir do ano 2010, ou seja, após o primeiro leilão de energia eólica, realizado em 2009, o crescimento no conjunto dos 10 municípios investigados chegou a ser quase o dobro do verificado nas demais regiões.

A Casa dos Ventos é signatária do Pacto Global da ONU e trabalha de forma alinhada aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as melhores práticas de ESG, conservando os biomas locais, desenvolvendo projetos sociais nas comunidades em que está presente e contribuindo para uma economia de baixo carbono. A empresa permanece comprometida em manter o diálogo com todos os públicos envolvidos com suas atividades, respaldada pela transparência, ética, respeito e cuidado, marcas evidenciadas em seu histórico no setor de energias renováveis.